

ATA Nº 02/2018 - REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Aos treze dias do mês de março de dois mil e dezoito, às quinze horas, reuniram-se na Casa dos Conselhos, na Rua 1822, número 1510, neste município, os seguintes conselheiros: Geisebel Cristine Patricio (Epagri), Eduardo Ramon Iba (Sec. Turismo), Jorge Luiz Valenga Filho (SDIS), Adalberto Rodrigues Costa (Sec. Fazenda), Ana Paula Araújo (Emasa), Analine Anton (SEMAM), Cleber Marques Macial (Coopermar BC), Thomas Hermann Sant'ana Maciel (Coopermar BC), Luiz Filipe Goldfeder Reinecke (Udesc), Dilene Miriam Bertoli Gonçalves (Artesãs da Barra), Sueli Hinze (Amuarte SC). Como ouvintes estiveram: Ketlin da Rosa (Casa dos Conselhos). Conforme acordado na última reunião a comissão temporária de elaboração do Regimento Interno apresentou o documento, que foi previamente enviado por e-mail para todos os conselheiros. Após análise de alguns pontos, o texto final foi aprovado, conforme redação abaixo: **REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA - CAPÍTULO I - DA NATUREZA E DA REPRESENTAÇÃO** Art. 1º O Conselho Municipal de Economia Solidária – CMES com sede na Casa dos Conselhos, Rua 1822, 1510 – Centro de Balneário Camboriú, instituído pela Lei Municipal n.º 3.939/2016, será regido pelas disposições do presente regimento. Art. 2º O Conselho Municipal de Economia Solidária – CMES é órgão colegiado, deliberativo e normativo da política municipal de economia solidária, composto por 12 membros titulares e suplentes, eleitos para um mandato de dois anos, permitido reeleição por igual período, mediante novo processo de escolha. Art. 3º Entende-se que os empreendimentos econômicos solidários e as entidades de apoio e fomento são os representantes legais da sociedade civil organizada, devendo serem eleitos em fórum próprio. **CAPÍTULO II - DA COMPETÊNCIA** Art. 4º Compete ao Conselho Municipal de Economia Solidária - CMES: I - estabelecer diretrizes e detalhar a Política de Economia Solidária no Município de Balneário Camboriú; II - estabelecer diretrizes e os programas de alocação de recursos; III - acompanhar e avaliar a gestão financeira, os ganhos sociais e o desempenho de programas e projetos que fazem parte da Política de Economia Solidária no Município de Balneário Camboriú; IV - definir mecanismos para facilitar o acesso dos empreendimentos da Economia Solidária à Política de Economia Solidária no Município de Balneário Camboriú; V - buscar garantias institucionais para que os empreendimentos da Economia Solidária possam participar das licitações públicas; VI - elaborar e aprovar o seu Regimento Interno; VII - convocar e organizar a Conferência Municipal de Economia Solidária de Balneário Camboriú; VIII - elaborar bianualmente o Plano Municipal de Economia Solidária de Balneário Camboriú; IX - aprovar as certificações (selo) dos empreendimentos de Economia Solidária. Art. 5º O Conselho Municipal de Economia Solidária - CMES será constituído pelos 12 conselheiros titulares e respectivos suplentes, nomeados pelo Prefeito Municipal, cuja composição está descrita na Lei nº 3.939 de 20 de junho de 2016. § 1º Os membros terão mandato de dois anos, permitida a recondução. § 2º Os membros do Conselho Municipal de Economia Solidária - CMES não receberão qualquer remuneração, sendo os seus serviços considerados relevantes ao município. **CAPÍTULO III - DA ESTRUTURA DE ADMINISTRAÇÃO E ORGANIZAÇÃO** Art. 6º São órgãos do CMES: I - Conferência Municipal; II - Plenário; III - Mesa Diretora; IV - Comitês setoriais. Art. 7º As Conferências Municipais serão realizadas bianualmente, convocadas pelo CMES; Parágrafo único. As Conferências Nacionais, quando convocadas, em sua etapa municipal será conduzida pelo poder executivo municipal, em parceria com o CMES. Art. 8º O Plenário é a instância máxima do CMES, constituído pelos membros titulares ou seus suplentes. Art. 9º Todas as decisões da Mesa Diretora e dos Comitês Setoriais deverão ser aprovadas pelo Plenário nas reuniões ordinárias e/ou extraordinárias por maioria simples dos votos. Art. 10 O CMES escolherá entre seus pares uma Mesa Diretora, composta pelos

seguintes cargos: I – Presidente; II – Vice-presidente; III – 1º Secretário; IV – 2º Secretário. § 1º A Mesa Diretora deverá ter alternância de representação na gestão entre o poder público e sociedade civil, alternando cargos de presidente e 2º secretário e vice-presidente e 1º secretário e será eleita para o período de um ano, sendo obrigatoriamente realizada nova eleição no mês de fevereiro de cada ano. § 2º No caso de vacância do cargo deverá ser escolhido entre seus pares, novo representante no prazo de 30 dias, a fim de garantir alternância de representatividade, até o final do mandato. Art. 11 Compete ao Presidente: I - Dirigir e orientar os trabalhos internos do CMES; II - Presidir o Plenário; III - Exercer a representação externa do CMES; IV - Convocar o Plenário para reunião extraordinária; V - Convidar personalidades e especialistas em função de matéria constante da pauta; VI - Submeter à votação as matérias a serem decididas pelo CMES, intervindo na ordem dos trabalhos; VII - Assinar as deliberações do CMES e atos relativos ao seu cumprimento; VIII - Assinar as atas aprovadas em reuniões; IX - Delegar competências; X - Zelar pelo cumprimento das disposições deste Regimento tomando, para este fim, as providências que se fizerem necessárias. Art. 12 Compete ao Vice-Presidente: I – substituir o Presidente em suas ausências e impedimentos temporários, e no caso de vacância, até a eleição do novo titular da função. II – prestar de modo geral a sua colaboração à Presidência; Art. 13 Compete ao Primeiro Secretário: I - Redigir correspondência do Conselho e assinar aquela que não for privativa do Presidente ou de qualquer Conselheiro; II - Cumprir e fazer cumprir os encargos que lhe forem cometidos pelo Conselho e os atos administrativos pertinentes à Secretaria; III - Coordenar as ações dos Comitês Setoriais, de caráter temporário ou não, instituídas pelo CMES e apresentar ao referido Conselho suas propostas; IV - Elaborar os votos, pareceres e propostas a serem encaminhados ao CMES; V - Agendar as reuniões do CMES; VI - Preparar, organizar e controlar as pautas das reuniões; VII - Redigir as resoluções do CMES e providenciar sua edição final, uma vez assinadas pelo Presidente do Conselho; VIII - Ordenar e manter toda a documentação relacionada com as discussões e com as resoluções do CMES; IX - Dar encaminhamento aos assuntos dirigidos ao CMES; X - Organizar o arquivo das decisões do CMES; XI - Organizar os anais das reuniões do CMES; XII - Confeccionar a ata e ser responsável por sua redação final após sua aprovação, coletando as assinaturas dos presentes. Art. 14 Compete ao Segundo Secretário: I – Substituir a Primeira Secretaria em todas as suas ausências ou impedimentos temporários, e no caso de vacância, até a eleição do novo titular da função. II – Prestar de modo geral a sua colaboração à Primeira Secretaria. **CAPÍTULO IV - DA ESTRUTURA DE FUNCIONAMENTO** Art. 15 O CMES, reunir-se-á em caráter ordinário, mensalmente, extraordinariamente, sempre que for convocado pelo seu Presidente ou a requerimento de pelo menos dois terços de seus membros. § 1º As reuniões ordinárias terão seu calendário anual fixado na última reunião do ano anterior. § 2º No eventual adiamento de reunião ordinária, a nova data deve ser fixada no prazo de 10 (dez) dias. § 3º As reuniões extraordinárias serão convocadas com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis. § 4º As pautas das reuniões do Conselho deverão ser previamente estabelecidas pela Presidência, garantindo a todos os conselheiros a oportunidade de inserir assuntos para discussão e deliberação, dentro de prazo a ser estipulado pelo plenário; § 5º As propostas de alterações do presente Regimento Interno, redigidas e subscritas por dois terços dos Conselheiros, serão dirigidas ao Presidente, que as apresentará na primeira reunião subsequente, as quais serão aprovadas por maioria absoluta. Art. 16 O CMES reunir-se-á em sessão pública, com a maioria absoluta dos conselheiros em exercício, deliberando por maioria simples, cabendo ao Presidente, além do voto pessoal o de qualidade. § 1º Terá direito a voto apenas um Conselheiro de cada representação, cabendo apenas ao suplente representar o titular. § 2º Poderão

[Handwritten signatures and initials are visible at the bottom of the page, including a large signature on the right and initials 'Jany' in the center.]

ser convidadas, pelo Presidente, para participar das reuniões do CMES, personalidades e especialistas em função de matéria constante da pauta. Art. 17 As reuniões ordinárias terão suas pautas preparadas pelo Secretário e aprovadas pelo Presidente e delas constarão necessariamente: I - Abertura da sessão, leitura, discussão, votação e aprovação da ata da reunião anterior; II - Leitura do expediente das comunicações e da ordem do dia; III - Deliberações; IV - Assuntos Gerais. § 1º A leitura da ata poderá ser dispensada por requerimento de Conselheiro mediante aprovação do Conselho. § 2º As atas deverão ser redigidas de forma sucinta aprovadas pelo Conselho, assinadas pelos conselheiros presentes naquela reunião. § 3º As reuniões extraordinárias tratarão exclusivamente da matéria que justificarem suas convocações, sob pena de nulidade. § 4º As reuniões serão acompanhadas e terão suporte da secretaria executiva, que será dirigida pela mesa diretora, e que compreenderá um servidor público designado para este fim. Art. 18 A deliberação dos assuntos em plenário obedecerá normalmente à seguinte sequência: I - O Presidente introduzirá o item incluído na ordem do dia, pondo, em seguida, a matéria em discussão; II - Encerrada a discussão, far-se-á a votação. Art. 19 É facultado a qualquer Conselheiro requerer vista devidamente justificada, da matéria ainda não julgada, ou solicitar a retirada de pauta de matéria de sua autoria. § 1º Quando mais de um Conselheiro pedir vista, o prazo deve ser utilizado conjuntamente pelos mesmos, sem adição de prazo. § 2º A matéria retirada para vista ou por iniciativa de seu autor deverá ser reapresentada em reunião subsequente, acompanhada de parecer. Art. 20 O CMES poderá criar, quando entender necessário, por deliberação da maioria simples dos Conselheiros, Comitês Setoriais, constituídos por membros Conselheiros titulares ou suplentes, ou ainda representantes de órgão, entidade ou instituição com competência comprovada para opinar sobre a matéria setorial, devendo as matérias serem relatadas pelos Comitês Setoriais e votadas pelo plenário. **CAPÍTULO V - DAS ATRIBUIÇÕES DOS CONSELHEIROS** Art. 21 Ao Conselheiro compete: I - Comparecer às reuniões; II - Debater matérias em discussão; III - Requerer informações, providências e esclarecimentos ao Presidente e à Secretaria; IV - Pedir vista de matéria, observado o disposto no art. 12 e seus parágrafos; V - Apresentar relatórios e pareceres nos prazos fixados; VI - Participar dos Comitês Setoriais para os quais tenham sido designados pelo Conselho; VII - Tomar a iniciativa de propor temas e assuntos à deliberação e ação do Conselho, sob forma de propostas de Resoluções e Moções; VIII - Cabe exclusivamente aos Conselheiros Titulares votar e ser votado para qualquer cargo da Diretoria. **CAPÍTULO VI - DA PERDA DO MANDATO** Art. 22 Perderá o mandato o conselheiro que: I - for advertido até três vezes por escrito pelo descumprimento do Regimento Interno; II - faltar a três reuniões ordinárias consecutivas ou a cinco intercaladas, sem justificativa a ser submetida ao Plenário em reunião subsequente; III - faltar com princípios básicos de dignidade, lealdade e compromissos relacionados à função de conselheiro; IV - que vier a ser condenado em processos de natureza grave e ou criminais; V - concorrer a cargo eletivo do poder executivo e legislativo; VI - perder o vínculo com a entidade ou poder público que originou sua nomeação; VII - renunciar a cadeira de conselheiro que ocupa. § 1º O governo deverá indicar substituto para cadeiras que se tornarem vacantes. § 2º Quanto aos conselheiros da sociedade civil perderão a vaga no CMES caso infringjam o inciso II deste artigo. § 3º Na aplicação das penalidades, serão considerados a natureza e a gravidade da situação cometida, os danos que dela provierem para o Conselho e para sociedade, demandando necessariamente a instauração de procedimento administrativo específico à exceção da hipótese da renúncia de Conselheiro, com a garantia do contraditório e ampla defesa, devendo a decisão ser tomada por maioria simples de votos dos integrantes do Conselho. Art. 23 A entidade representante da sociedade civil que possuir conselheiros

removidos por faltas em mais de uma ocasião, terá a sua participação no CMES deliberada em Plenário, a fim de oportunizar espaço para outra entidade. Art. 24 No caso da perda de mandato de conselheiro que ocupe cargo na Mesa Diretora, deverá ser realizada eleição para substituição da função na reunião subsequente. Art. 25 O assento de conselheiro municipal pertence a entidade e não ao representante, no caso de vacância da sociedade civil o CMES convocará novo fórum para eleição. Art. 26 No caso da perda de mandato de conselheiro que represente o poder público municipal, indicado pelo Chefe do Executivo, caberá a este nomear novo representante da mesma secretaria vacante. **CAPÍTULO VII - DA INDICAÇÃO E FÓRUM DE ENTIDADES** Art. 27 Os conselheiros representantes governamentais, deverão ao final do mandato de dois anos, impreterivelmente no mês de janeiro, encaminhar ofício de indicação dos novos conselheiros titular e suplente, ou a manutenção dos mesmos. Parágrafo Único. O ofício de indicação deve conter nomes completos do titular e suplente, funções, e-mails e telefones, em papel timbrado, com assinatura do responsável legal pela entidade, encaminhados para a Casa dos Conselhos. Art. 28 Os Conselheiros titulares e suplentes representantes da sociedade civil serão eleitos em Fórum de Entidades, a ser convocada especificamente para este fim pelo CMES, realizado obrigatoriamente no mês de novembro. Art. 29 A inscrição será feita com a apresentação de documentos que constarão do edital que será publicado na imprensa local e outros meios de comunicação. Art. 30 As entidades mais votadas ocuparão as vagas de titulares e os subsequentes vagas suplentes, desde que dentro do mesmo segmento de atuação conforme a Lei 3.939/2016. Art. 31 Terá direito a voto nas eleições para definição dos conselheiros representantes das organizações da sociedade civil, os participantes do Fórum de Entidades, devidamente inscritos e homologados pela Comissão Eleitoral, conforme edital. Art. 32 Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento serão solucionados pelo Plenário do Conselho. Art. 33 Este Regimento entrará em vigor na data de sua publicação. Após aprovação do Regimento, a diretora da Casa dos Conselhos, Ketlin conduziu a eleição da mesa diretora, a pedido da plenária do Conselho. Após debate, entendeu-se que seria importante iniciar a gestão do Conselho com um presidente não governamental, foi proposto então o nome de Sueli Hinze, que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, passou-se a eleição do vice-presidente, se colocaram a disposição Eduardo e Jorge. Após, apresentação de ambos, foi aberta a votação, sendo eleito Eduardo Iba para o cargo de vice-presidente. Para a função de primeiro secretário ficou Luiz Filipe e de segundo secretário, Jorge Valenga, ambos aprovados pelos presentes. A secretaria executiva será executada pela Casa dos Conselhos, nesse momento pela servidora Ketlin. Para a próxima reunião o grupo ficou de formar os comitês e disponibilizar uma formação para os conselheiros. A Epagri propôs fazer a próxima reunião no espaço deles em Itajaí, a fim de que os conselheiros possam conhecer o local. A ideia foi aprovada, e a próxima reunião ficou para o dia 10 de abril, das 11h30 às 15h30. A secretária Ketlin ficou de contatar a Câmara de Vereadores para ver se há disponibilidade de um transporte para os conselheiros. Sem mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, e eu Ketlin da Rosa Talevi secretária executiva, lavro a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelos demais conselheiros presentes.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]